

/ O Culto da Arte / em Portugal

*R*AMALHO *O*RTIGÃO

Monumentos arquitectónicos – Restaurações
Desacatos – Pintura e escultura – Artes industriais
O génio e o trabalho do povo – Indiferença oficial
Decadência – Anarquia estética
Desnacionalização da arte
Dissolução dos sentimentos
Urgência de uma reforma



ESFERA DO CAOS
EDITORES

/ Título /

O Culto da Arte
em Portugal

/ Autor /

Ramalho Ortigão

**/ Direitos Reservados /
para Actualização Ortográfica**

© Esfera do Caos Editores Lda

/ Design /

Flukstudio

/ Impressão e Acabamento /

Papelmunde SMG Lda

/ Depósito Legal /

XXXX

/ ISBN /

989-8025-13-1

1ª Edição

Novembro de 2006

ESFERA DO CAOS EDITORES LDA

Campo Grande

Apartado 52199

1721-501 Lisboa

esfera.do.caos@netvisao.pt

www.esferadocaos.pt

/ NOTA DO EDITOR /

Esta obra foi originalmente publicada em 1896 (Lisboa, António Maria Pereira), tendo entretanto merecido uma reimpressão, não datada, mas seguramente não muito posterior à morte do autor (1915).

Assim se cumpre a promessa de recuperar, em benefício do leitor contemporâneo, as «obras esquecidas» de Ramalho — promessa anunciada na Nota que acompanha o primeiro título desta colecção e que se traduz na intenção de dar à estampa aqueles textos, essenciais no quadro da sua produção literária e das suas multifacetadas reflexões, que estão há muito afastados do mercado.

/Durante a Renascença, e ainda através da Idade Média, tão insuficientemente conhecida no enigma da sua cultura artística, os reis, os monges, os fidalgos, os burgueses enriquecidos ostentavam o fausto e a pompa hierárquica não somente construindo palácios e castelos, que enobreciam os lugares que eles habitavam, mas erigindo basílicas e catedrais, em que se concentravam todos os esforços do talento de uma raça, e eram verdadeiramente os palácios do povo, doados magnanimamente pelos mais poderosos aos mais humildes, em nome de Deus, em nome do rei, em honra da pátria.

Nesses edifícios incomparáveis se achavam coligidas como em escolas monumentais, como em museus portentosos, todas as maravilhas da ciência, da poesia e da arte. A escultura arquitectural, a estatuária dos mausoléus, a imaginária dos altares, a iluminura dos missais, a pintura das vidraçarias, a talha dos retábulos subordinavam-se a um pensamento comum, expresso num vasto simbolismo, compreendendo as fecundidades da terra e do mar, o trabalho do homem nos seus desfalecimentos e nos seus triunfos, a perturbação dos sentidos pelo pecado, a fatalidade do sangue, o horror do universal aniquilamento, e o voo da alma para Deus, levada por um imortal instinto de amor, de paz, de verdade e de justiça.

Dentro dessas igrejas, ameaçadas hoje de próxima ruína ou inteiramente arruinadas, se celebravam todos os actos da vida religiosa, da vida civil e da vida doméstica. Aí se casavam os noivos, se baptizavam os filhos, se sepultavam os pais. Aí se ungiam os reis, velavam as armas os cavaleiros, professavam os monges, benziavam-se os frutos da terra, as bandeiras das hostes, as fer-

ramentas da lavoura e os pendões dos ofícios. Aí se discutiam os interesses do povo, os direitos, as franquias, os foros da comuna. Aí se pregava o Evangelho, se rezava a missa e se representavam os autos populares da vida de Jesus e dos seus santos; e nas vigílias da Natividade, da Epifania e da Páscoa, quando o órgão emudecia no coro e se calavam os cantos litúrgicos, o povo bailava ao longo da nave, sob as abóbadas góticas ou sob as cúpulas bizantinas, e as loas e os vilancicos, entoados pelos fiéis, subiam para o céu com a fragrância das flores e com o fumo dos turíbulos, ao repique das castanholas e ao rufar dos adufes.

Ao lado dos brasões e das divisas heráldicas pendiam dos muros os votos modestos dos mais obscuros mesteirais, dos mais humildes branceiros.

Esse alcáçar dos pobres, que era a igreja medieval, alcáçar mais sumptuoso que o de nenhum rei, dava asilo incondicional, inviolável e sagrado, aos maltrapilhos, aos vilões, aos mendigos, aos lázaros e às lázaras de todas as lepras do corpo e da alma, aos tinosos, aos nus, aos imbecis, aos ignorantes, aos criminosos, às mulheres adúlteras, às mancebas, às mundanarias, às barragãs.

O egoísmo dos tempos modernos torna-nos incompatíveis com o cometimento de tão grandes obras. Criamos instituições de caridade, fazemos regulamentos de assistência pública, e vangloriamos-nos de haver definido pela revolução liberal o dogma da fraternidade humana, mas somos fundamentalmente incapazes de consagrar à prática das virtudes, de que julgamos ter na história o monopólio, monumentos como aqueles que nossos avós lhe levantaram *a prol do comum e aproveitância da terra*, dando em resultado que o mais andrajoso mendigo da portaria do mosteiro de Alcobaça ou do mosteiro de Santa Cruz, com o seu alforge ao pescoço e a sua escudela debaixo do braço, participava, além da razão quotidiana que se lhe distribuía pelo caldeirão da comunidade, de um agasalho de príncipe e de um

luxo de arte com que hoje não competem os maiores potentados, os quais em suas casas e para seu recreio íntimo se rodeiam de todas as jóias artísticas de que pela abolição dos vínculos e pela extinção das ordens religiosas se apoderou o moderno comércio do bric-à-brac.

Falta-nos a alta noção de solidariedade patriótica, falta-nos o desapego dos bens de fortuna, falta-nos o largo espírito de abnegação, falta-nos a ilimitada liberalidade cavaleirosa, e falta-nos a fé dos nossos avós.

Na arquitectura trabalhamos unicamente para nós mesmos, sem cuidados de futuro, sem pensamento de continuidade de raça ou de família, deslembrados de que teremos vindouros e de que teremos netos.

Entre as nossas antigas construções hidráulicas há o aqueduto de Elvas, que levou cem anos a fazer. Várias gerações sucessivas acarretaram para essa construção os materiais; e lentamente, pacientemente, foram colocando pedra sobre pedra, para que um dia a água chegasse a Elvas, e bebessem dela os netos dos netos daqueles que de tão longe principiaram a recolhê-la e a canalizá-la. Uma tal empresa é a humilhação e a vergonha do nosso tempo, incapaz de pagar com igual carinho ao futuro aquilo que deve à previdência, aos sacrifícios e aos desvelos do passado.

O nosso ideal na arte de construir é que a obra se faça em pouco tempo e por pouco dinheiro. Vamos abandonando cada vez mais, de dia para dia, a pedra e a madeira, em que é nimiamente moroso para a mórbida inquietação do nosso espírito o trabalho de desbaste, de esquadria e de labor. Adoptamos, como material típico do nosso sistema de edificar, o ferro, o tijolo e a pasta. A casa cessou de ser uma obra de arquitectura para se converter numa empreitada de engenharia, e os delicados artistas da pedra, da madeira e do ferro forjado abdicam da sua antiga missão perante os subalternos obreiros encarregados de

fundir, de amassar e de enformar a vapor a habitação moderna e o moderno edifício público — a gare, o quartel, o mercado ou a cadeia.

O século XIX, se com a impotência de continuar a obra monumental dos séculos que o precederam, acumulasse a incapacidade de compreender e de venerar essa obra, representaria um pavoroso retrocesso na história. Não sucede assim, porque são invioláveis as leis do progresso. Ao século XIX coube paten-tear o estudo mais dedicado e o conhecimento mais perfeito da arte antiga. A ciência arqueológica e a crítica da arte nunca em nenhum outro período da civilização chegaram à eminência atingida pelos investigadores contemporâneos. É também em sua maneira um colossal monumento, dos mais gloriosos para a inteligência, o que erigiu a erudição do nosso tempo, constituindo cientificamente a arqueologia, definindo o seu método, fixando os seus limites, especializando o trabalho dos seus contribuintes, distinguindo da arqueologia literária a arqueologia da arte, ramificando para um lado a paleografia, a epigrafia, a ecdótica, a museografia e a propedêutica, para o outro as belas artes, as artes industriais, a numismática, e ainda como desdobramento destes estudos a iconografia, a mitologia figurada e a simbologia, particularizando enfim estas investigações a cada povo e a cada época da humanidade, criando desse modo a pré-história, a egiptologia, a siriologia, que tão amplo clarão têm derramado sobre os problemas da origem do homem, da distribuição das raças, da formação das línguas. Fixaram-se pelas escavações de Tróia, de Micenas, de Chipre, de Santorin e de Rodes as origens orientais e pelásgicas da arte grega. Corrigiu-se na história da cerâmica a confusão existente entre os vasos pintados gregos e etruscos. Refez-se completamente sobre novos elementos e por um critério novo a história da olaria, a da torêutica, a da glíptica, a da escultura em barro, a dos bronzes, a das jóias, a da tapeçaria, a da iluminura. Desvendou-se o conhe-

cimento da taquigrafia hierática e dos alfabetos hieroglíficos, ideográficos e fonéticos, que precederam o alfabeto grego e o latino. Criou-se a crítica científica dos textos. Coligiram-se e classificaram-se as inscrições gregas e romanas disseminadas pela Europa, e definiu-se o método de as datar. Leram-se os carbonizados grafitos de Pompeia, os papiros carbonizados de Herculano, as cartas lapidárias da Idade Média e os palimpsestos de Plauto, de Cícero, de Marco Aurélio, de Tito Lívio, de Eurípides e dos escribas carolíngios. Interpretaram-se os documentos de procedência egípcia, copta ou fenícia sepultados nos jazigos das múmias. E os misteriosos caracteres hieroglíficos e cuneiformes das inscrições egípcias, caldeias, assírias e persas foram simplesmente trasladados a vulgar. Determinou-se a idade dos manuscritos pelo sistema das abreviaturas e da pontuação e pela evolução da letra desde a oncial da *Ilíada* no palimpsesto greco-siríaco do Museu Britânico até a minúscula italiana igual à dos primeiros caracteres da imprensa. Inspeccionaram-se e inquiriram-se as primitivas habitações do homem, as suas primeiras fortificações, os seus mais antigos sepulcros — a caverna, a cidade lacustre, os castros e os dólmenes. Na arquitectura principiou-se a estudar por novos meios de crítica as causas dos seus progressos e da sua decadência, prendendo assim pelos mais estreitos vínculos ao destino da arte o destino do homem. Por tal modo se transfigurou completamente desde o seu alicerce até o seu remate o vasto edifício da história, segundo a resumida fórmula dada por Champolion Figeac, que todos os monumentos, ainda os mais comuns e os mais grosseiros, contêm factos cujo conjunto é como a estatística moral das sociedades extintas.

Desse novo critério resultou a atenção especial com que todos os povos cultos principiaram a considerar a obra material do passado; e assim nasceu, com uma nova palavra, a nova maneira de *restaurar* os edifícios públicos.

Em mais de um documento da Idade Média se encontram provas de que os antigos poderes não abandonavam, tão completamente como hoje se poderia supor, ao acaso de qualquer iniciativa, sem beneplácito do Estado, as edificações consagradas ao público. No *Código de las partidas*, lei 6^a, título X, dizia Afonso o Sábio, naquela saborosa língua de que mais tarde se desdobrou o português e o castelhano: «Por bienaventurado se debe tener todo home que pueda facer eglesia, do se ha de consagrar tan noble cosa et tan sancta como el cuerpo de Nuestro Señor Jesucristo, et como quiere que todo home ó mujer la puede facer a servicio de Dios, pero con mandamiento del obispo, como es dicho en la ley segunda deste titulo, con todo eso debe catar dos cosas el que la ficiere, que la faga complida et apuesta; et esto tambien en la labor como en los libros et en las vestimientas...»

Afonso V escreve de Almada, em 1467, aos juízes, vereadores, procuradores e homens bons da cidade de Évora para que se permita a Soeiro Mendes levar duas pedras que estavam nos açougues, e eram do antigo templo romano, para antipeitos das janelas de uma casa, que a esse tempo edificava. «E porque as ditas pedras aproveitam pouco honde estam e em as ditas casas faram muito, e ainda é nobresa as cidades haverem em ellas boas casas taes como as do dito Sueiro Mendes, e seu fundamento he as faser para nós em ellas haveremos de pousar, Nós vos rogamos e encomendamos que vos prasa lh'as quererdes dar, e Rodrigo Esteves mestre das nossas obras em essa cidade terá cuidado de as tirar donde estam, etc.» Estas linhas são um traço característico da política do tempo. Delas se deduz que era preciso no século XV requestar a intervenção régia para bulir em duas pedras de um velho monumento, operação que hoje se realiza com menos formalidades, e até, como é sabido, sem formalidade alguma. Era porém entendido como doutrina corrente não desdizer da nobreza de uma cidade que cantarias de estilo

romano se transpusessem do edifício a que pertenciam para edifício de estilo completamente diverso. Aquilo que modernamente se entende pelo neologismo restaurar é operação desconhecida dos antigos. A obra arquitectónica seguia sempre e invariavelmente quer em novas edificações, quer em reparação de antigas, o sistema e o estilo da época em que era feita. Sem falarmos do Egipto, da Grécia, de Roma, onde as reconstruções se empreendiam sem o menor sentimento de respeito pela tradição, em vista de celebrar uma glória coeva com os mesmos materiais que haviam servido à glorificação de feitos anteriores, como no arco de Constantino feito com as pedras do arco de Trajano, vemos em toda a Europa, e mais particularmente em Espanha e em Portugal, edifícios em cujos estilos sobrepostos perfeitamente se espelha o independentismo das influências diversas através das sucessivas fases da construção por diferentes vezes interrompida. Uns nascem genuinamente bizantinos e desenvolvem-se românicos; outros começam românicos e concluem góticos; outros, góticos de nascença, acabam no classicismo greco-romano do Renascimento; e é frequente nas nossas igrejas entrarmos por um portal do século XVI para nos defrontarmos com uma capela-mor no estilo barroco de D. João V, de D. José ou de D. Maria I. Desses casos de poliarquitectonismo encontramos exemplos em Toledo, em Burgos, nos Jerónimos, na Batalha.

A catedral de Colónia é, neste ponto de vista, um facto particularmente expressivo. A construção, principiada em meados do século XIII, prosseguida muito lentamente, suspende-se no fim do século XV por desânimo de a concluir segundo o plano primitivo. No século XVII e no século XVIII, a nave, abrigada por um tecto provisório, é ornamentada em estilo rococó. Somente em 1842 se encetaram os trabalhos de uma restauração autenticamente arqueológica, segundo o plano original, cabendo o projecto da conclusão a um arquitecto que ao mais profundo estudo

do estilo ogival reunia o talento mais esclarecido e mais perspicaz.

Na história da catedral de Milão circunstâncias análogas às de Colónia vêm ainda corroborar a afirmação de que unicamente ao século XIX cabe o privilégio de restaurar monumentos. A obra de Milão, iniciada no século XIV, é interrompida por desavenças entre os arquitectos, uns alemães, outros italianos, outros franceses; é continuada no século XVI em estilo da Renascença; e tão-somente em 1805 a restauração do monumento no seu estilo primitivo, segundo os programas mais tarde definidos, se achou determinada por Napoleão I, o qual, pela vastidão do seu génio, ainda que pouco propício aos humildes, muitas vezes se adiantou do seu tempo, e em muitas campanhas da inteligência indicou de antemão o ponto da vitória, assim como ao principiar a campanha de Itália assinalava na carta do Piemonte o lugar de Marengo.

Foi Vitet, nomeado inspector-geral dos monumentos históricos em 1830, quem primeiro indicou em França o programa das restaurações architectónicas, presentemente seguido em toda a parte: em Espanha, onde depois da real ordem de 4 de Maio de 1850, se não empreende obra de espécie alguma nos edificios monumentais sem prévia consulta da comissão dos monumentos históricos e artísticos; em Inglaterra e na Alemanha, que haviam precedido a França na protecção da arte nacional; na Itália, enfim, na Bélgica, na Dinamarca, na Suécia, na Noruega, na Grécia, na Turquia.

Violet-le-Duc, o erudito mestre a quem tanto deve o ensino da arqueologia e das artes, completou o programa de Vitet, não somente ampliando os seus preceitos, mas dando da aplicação deles o mais notável exemplo na restauração do castelo le Pierrefonds.

Conhecidos os livros de Violet-le-Duc, estudados com tão paciente laboriosidade, escritos com tão lúcido e penetrante

engenho, e conhecida a legislação europeia baseada nesses estudos tão completos e tão perfeitos, a questão puramente administrativa de dar aos monumentos nacionais de cada povo a protecção que se lhes deve, quando menos por simples solidariedade intelectual na civilização do nosso tempo, é questão perfeitamente elucidada e rigorosamente definida.

Vejamos agora qual é, em Portugal, perante as responsabilidades da administração, o reflexo das ideias, cuja história procurei resumir, com o fim de pôr o assunto na perspectiva que a sua magnitude pede.